



“Projeto sobre Acompanhamento e Análise de Preços de Produtos e Serviços de Saúde, Estudo sobre o Trabalhador da Saúde nas Bases de Dados da PED e Projeto de Pesquisa sobre a Saúde do Trabalhador”

**DIEESE/MINISTÉRIO DA SAÚDE
Convênio 148/2004**

**Produto 1 – Evolução dos Preços de
Produtos e Serviços de Saúde – 1997-2004**

Março de 2005

SUMÁRIO	
1. INTRODUÇÃO	4
2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	5
3. METODOLOGIA	7
3.1 O Índice de Custo de Vida do DIEESE – ICV-DIEESE	7
3.2 Procedimentos utilizados para a realização do estudo	7
4. EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS ACOMPANHADOS PELO ÍNDICE DE CUSTO DE VIDA DO DIEESE	9
5. COMPORTAMENTO DOS PREÇOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS RELACIONADOS À SAÚDE NOS ANOS DE 1997 A 2004	13
5.1 Características do Grupo Saúde no ICV-DIEESE	13
5.2 O comportamento dos preços no grupo de Saúde	14
5.3 Alterações nas Despesas Familiares: resultado do aumento de preços	17
6. CONCLUSÕES	24

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1- Distribuição dos gastos familiares por grupos de despesas nas pesquisas de orçamento familiar – Município de São Paulo – 1958; 1969/70; 1982/83; 1994/95

TABELA 2- Índice do Custo de Vida – DIEESE; Variação acumulada no ano por grupo de despesa – Município de São Paulo – 1997-2004

QUADRO – Índice do Custo de Vida – DIEESE; Composição do Grupo Saúde

TABELA 3 – Índice de Custo de Vida – DIEESE; Variação acumulada no ano: total e grupo Saúde, com subgrupos, itens e subitens – Município de São Paulo – 1997 -2004

GRÁFICO 1 – Evolução nas taxas anuais do Índice de Custo de Vida – DIEESE – Total geral, por grupo Saúde, e Subgrupos “Assistência Médica” e “Medicamentos e Produtos Farmacêuticos” Município de São Paulo – 1997-2004

TABELA 4 – Pesquisa de Orçamento Familiar – DIEESE – Ponderação dos grupos de produtos no orçamento familiar por estrato de renda – Município de São Paulo – julho de 1996 a dezembro de 2004

GRÁFICO 2 – Ponderação dos grupos de produtos no orçamento familiar por estrato de renda – Município de São Paulo – julho de 1996 e dezembro de 2004

TABELA 5 - Pesquisa de Orçamento Familiar – DIEESE – Ponderação do grupo Saúde e de seus subgrupos no orçamento familiar por estrato de renda-Município de São Paulo - julho de 1996 e dezembro de 2004

1 – INTRODUÇÃO

Os altos custos que envolvem a grande maioria dos procedimentos relacionados ao tratamento ou à prevenção dos problemas de saúde, bem como os baixos rendimentos da maior parte dos trabalhadores e dos beneficiários do sistema de seguridade social são alguns dos principais desafios que se colocam para os gestores de saúde no Brasil.

Para considerável parcela da população, o atendimento à saúde restringe-se ao sistema público, que deveria suprir as necessidades de consultas médicas, de tratamentos diversos e de distribuição de medicamentos produzidos por laboratórios vinculados ao governo.

Nem sempre, porém, o sistema público é capaz de atender à demanda, o que torna ainda mais fundamental para os gestores de políticas públicas o conhecimento em profundidade das condições impostas pelo mercado aos usuários de planos de saúde ou de medicamentos comercializados nas redes de farmácias e drogarias. Por isso, inclusive, o Ministério da Saúde vem assumindo a tarefa de fiscalização, que se tornou mais efetiva com a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Entre outras atividades, essas agências vêm acompanhando os preços de medicamentos e de planos de saúde.

Muitas vezes, porém, em função da oligopolização do setor que oferece poucas alternativas aos consumidores, o movimento dos preços praticados no mercado indica excessos de seus formadores.

Assim, é da maior importância que haja um acompanhamento sistemático do comportamento dos preços dos produtos e serviços de saúde que compõem a cesta de consumo da população, de forma a subsidiar, com informações relevantes, as análises do setor e auxiliar os agentes públicos na tomada de decisão sobre as políticas a serem definidas.

2 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – é um órgão de assessoria técnica às entidades sindicais representativas dos trabalhadores e tem como uma das principais atividades, desde sua fundação, em 1955, o cálculo mensal da taxa de variação dos preços dos produtos consumidos pelas famílias paulistanas.

A necessidade da elaboração desse indicador foi, inclusive, um dos motivos que levou o movimento sindical mais atuante na década de 50 a mobilizar-se para criar uma instituição com capacidade para desenvolver um instrumental que subsidiasse os trabalhadores nos processos de negociação salarial, nos quais os empresários limitavam-se a apresentar propostas de reajustes irrisórios, sem qualquer critério técnico explícito.

Para se contrapor a essa atuação e fundamentar suas reivindicações, as entidades sindicais decidiram investir na construção de um índice de custo de vida que merecesse a confiança dos trabalhadores e que fosse tecnicamente inatacável pelo empresariado. É neste contexto, que a partir de 1959, passou a ser calculado o Índice de Custo de Vida do DIEESE.

Desde então, foram realizadas quatro pesquisas de orçamento familiar. A primeira, datada de 1958, permitiu que se implantasse o cálculo do ICV-DIEESE no ano seguinte. Pouco mais de dez anos depois, em 1969/70, houve a primeira atualização dos padrões de consumo da capital paulista. O procedimento foi repetido em 1982/83 e em 1994/1995. Essas pesquisas permitiram determinar as dimensões e a estrutura dos orçamentos familiares na cidade de São Paulo e acompanhar a evolução dos preços dos bens e serviços que compõem este orçamento.

Assim, o DIEESE dispõe de uma série histórica construída ao longo de quase cinco décadas, que possibilita observar a evolução dos preços de cada um dos itens consumidos pela população. Durante esse período, porém, ocorreram alterações nos hábitos de consumo da população e alguns itens ou grupos de produtos ganharam importância, enquanto outros a perderam.

Um dos destaques entre os grupos de despesa que aumentaram sua participação no total dos gastos familiares é justamente o da saúde. A Tabela 1 mostra que, após um pequeno recuo verificado entre a primeira pesquisa de orçamentos (1958) e a segunda (1969/70) - de 4,00% para 3,60% -, sua importância cresceu significativamente, passando para 4,9% em 1982/83 e atingindo 8,18% em 1994/95.

É interessante notar que todos os subgrupos que compõem as despesas com saúde apresentaram evolução. Assim, se em 1969/70, a assistência médica respondia por 2,17% das despesas domésticas, em 1994/95, passou para 5,91%.

Também os gastos com medicamentos passaram a ter um peso maior no orçamento doméstico: de 1,43% para 2,20%, nos mesmos levantamentos.

Tabela 1

Distribuição dos gastos familiares por grupos de despesas nas Pesquisas de Orçamento Familiar-
Município de São Paulo
1958; 1969/70; 1982/83; 1994/95

(em %)

Grupos de despesa	1958	1969/70	1982/83	1994/95
Alimentação	45,00	39,00	28,13	27,44
Habitação	33,00	25,20	24,87	23,52
Transportes	2,00	8,80	19,30	13,62
Saúde	4,00	3,60	4,95	8,18 ⁽¹⁾
Assistência médica	-	2,17	3,71	5,91
Medicamentos e produtos farmacêuticos	-	1,43	1,24	2,20
Vestuário	10,00	7,48	6,54	7,87
Educação e leitura	1,00	3,50	4,80	6,91
Equipamento doméstico	3,00	7,12	4,89	6,13
Despesas pessoais	1,50	5,18	4,72	3,96
Recreação	0,50	0,12	1,63	2,08
Despesas diversas	-	-	0,17	0,29
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: DIEESE

Nota (1): Eventuais diferenças devem-se a itens de peso pouco significativo, não incluídos em outros períodos.

Neste estudo, pretende-se aprofundar a análise do comportamento dos preços de produtos e serviços relacionados à saúde no município de São Paulo no período recente, bem como compará-lo aos outros itens que constituem o orçamento familiar.

3 - METODOLOGIA

3.1. O Índice de Custo de Vida do DIEESE - ICV-DIEESE

O ICV-DIEESE é calculado com base em uma pesquisa mensal que registra cerca de 55.000 cotações de preços referentes a 594 itens. Para isso, são realizadas visitas a 763 estabelecimentos comerciais varejistas localizados no município de São Paulo, além de 197 consultas sobre preços de tarifas públicas, planos de saúde, escolas, consultas médicas, dentistas, laboratórios clínicos, entre outros.

Os produtos e serviços são agregados em 10 grupos: Alimentação; Habitação; Transportes; Saúde; Vestuário; Educação e Leitura; Equipamento Doméstico; Despesas Pessoais; Recreação e Despesas Diversas.

Para o cálculo da variação do ICV-DIEESE, toma-se por base de ponderação a Pesquisa de Orçamentos Familiares de 1994/95 (POF/94/95), que reflete a estrutura de gastos das famílias paulistanas. Além do índice de custo de vida geral, calculado para o conjunto das famílias, são elaborados mais três indicadores, que correspondem às estruturas de gastos das famílias segundo seu poder de compra.

Assim, são apresentados o índice de custo de vida geral e os índices correspondentes a três estratos de renda diferenciados, denominados Estrato 1, Estrato 2 e Estrato 3, que correspondem à renda média familiar por tercil. No Estrato 1, são abrangidas 33% das famílias com rendimentos mais baixos, no Estrato 2, 33% das famílias com rendimentos intermediários e no Estrato 3, 33% das famílias com rendimentos mais altos.

3.2. Procedimentos utilizados para a realização do estudo

Para a elaboração da análise em questão, alguns procedimentos foram adotados. Em primeiro lugar, demarcou-se o período que se pretende observar. Optou-se por utilizar as variações de preços captadas a partir da mais recente Pesquisa de Orçamento Familiar, realizada entre 1994 e 1995, que fixou como base de ponderação para o cálculo do ICV-DIEESE o mês de julho de 1996.

Dado que os itens pesquisados no primeiro semestre de 1996 não eram necessariamente iguais aos levantados no segundo semestre, decidiu-se definir o início da análise em 1997, primeiro ano em que a nova pesquisa foi totalmente implementada, e seu encerramento em 2004, último ano completo da série.

O passo seguinte foi levantar as informações relevantes para o estudo em questão a partir da base de dados constituída. Foram, então, definidas, para o acompanhamento no período de 1997 a 2004, as seguintes variáveis:

- 1- Taxas anuais de variação do ICV-DIEESE;
- 2- Taxas anuais de variação dos grupos de produtos que compõem o ICV-DIEESE;
- 3- Taxas anuais de variação dos preços do grupo Saúde e dos subgrupos que o compõem;
- 4- Peso dos grupos que compõem o ICV-DIEESE nos diversos estratos de renda;
- 5- Ponderação do grupo Saúde e seus subgrupos no orçamento familiar por estrato de renda.

A seguir, serão expostas e analisadas as informações coletadas.

4 – EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS ACOMPANHADOS PELO ÍNDICE DE CUSTO DE VIDA DO DIEESE

A Tabela 2 demonstra a variação percentual do custo de vida apurado pelo DIEESE no município de São Paulo nos últimos oito anos, bem como a evolução dos preços de cada um dos dez grupos que o compõem.

Tabela 2
Índice do Custo de Vida – DIEESE
Variação acumulada no ano por grupo de despesa-Município de São Paulo –
1997-2004

Total Geral e Grupos de Despesa	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	(em %) Acumulado 1997 a 2004
Total Geral	6,1	0,5	9,6	7,2	9,4	12,9	9,6	7,7	82,6
Alimentação	4,3	2,0	8,0	4,8	9,5	18,9	8,6	4,1	77,6
Habitação	12,5	-0,1	7,3	5,5	9,2	9,8	11,0	6,9	80,8
Equipamento Doméstico	-7,5	-5,5	8,0	6,1	5,1	10,8	6,7	5,6	31,4
Transportes	7,2	-3,3	22,7	16,0	9,1	10,8	6,0	9,9	107,9
Vestuário	-7,9	-7,4	-1,9	0,0	2,0	-0,3	3,6	0,4	-11,5
Educação e Leitura	11,4	7,2	4,5	7,3	7,1	9,9	10,3	9,8	90,5
Saúde	11,3	7,0	14,7	9,7	17,5	17,8	15,2	16,4	177,9
Recreação	-1,8	-1,7	5,6	4,5	3,8	10,1	9,4	4,8	39,6
Despesas Pessoais	4,9	1,3	6,1	3,9	9,8	12,4	11,3	5,9	70,3
Despesas Diversas	4,4	1,5	6,9	15,2	10,8	14,2	26,8	9,7	129,7

Fonte: DIEESE

Conforme se pode observar, no período compreendido entre 1º de janeiro de 1997 e 31 de dezembro de 2004, o custo de vida apresentou alta de 82,6%. O comportamento das taxas relativas a cada um desses anos é bastante diferenciado, variando de 0,5%, em 1998, a 12,9%, em 2002.

Uma análise mais detalhada revela que os preços que compõem o item Saúde não só aumentaram, como registraram altas superiores à variação do índice geral em todos os anos da série.

Em 1997, primeiro ano analisado, verificou-se um aumento de 6,1% dos preços em geral. Quando se observa o desempenho de cada um dos grupos pesquisados, percebe-se que os mais elevados patamares de reajuste foram praticados no grupo Habitação: 12,5%. Este resultado é consequência dos grandes aumentos ocorridos nos preços dos serviços públicos - energia elétrica, água, gás e telefone, que correspondeu a 34,3%.

Outros dois grupos registraram taxas semelhantes e igualmente altas: Educação e Leitura (11,4%) e Saúde (11,3%). No grupo Educação, a pressão pelo aumento ocorreu nos cursos formais, cujos preços subiram 16,0%. Já no grupo Saúde, houve um aumento significativo dos preços de seguros e convênios médicos e de medicamentos: 12,8% e 12,5% respectivamente, elevação bastante superior à da taxa total do ICV-DIEESE verificada no ano.

No ano de 1998, a variação do custo de vida foi próxima de zero. Dos dez grupos analisados, cinco apresentaram deflação e três tiveram reajustes em taxas inferiores a 2%. Apenas os grupos Educação e Leitura (7,2%) e Saúde (7,11%), registraram aumentos de preços significativos. No caso da Educação, essa elevação ocorreu em função do comportamento das mensalidades escolares. No grupo Saúde, os principais responsáveis pela alta foram os medicamentos e produtos farmacêuticos, cujos preços subiram 11,5%.

Em janeiro de 1999, em decorrência da mudança da política cambial, o custo de vida, que vinha se apresentando em baixos patamares, voltou a aumentar, o que resultou em uma taxa anual de 9,6%. Os grupos nos quais se observaram os maiores reajustes de preços durante o ano foram Transportes (22,7%) e, novamente, Saúde (14,7%). O comportamento do grupo Transportes deveu-se, principalmente, ao aumento de 26,6% dos custos do subgrupo “transporte individual”, consequência do impacto do aumento do dólar sobre os preços dos combustíveis. Já no grupo Saúde, os maiores reajustes foram verificados nos subgrupos “assistência médica” e “medicamentos e produtos farmacêuticos”, que apresentaram alta de 14,4% e 15,9%. No último caso, o novo patamar assumido pelo dólar pode ser apontado como um dos fatores para a alta, uma vez que grande parte dos insumos utilizados na fabricação de medicamentos é importada e tem seu preço cotado na moeda americana.

Em 2000, foi apurada uma taxa anual de 7,2%, inferior, portanto à verificada no ano anterior. Mais uma vez, a pressão para a elevação foi exercida pelos grupos Transportes e Saúde. No caso dos Transportes, o aumento foi de 16,0% e pode ser creditado à alta de 22,1% no subgrupo “transporte individual”. No grupo Saúde, que apresentou elevação de 9,7%, o impacto foi provocado pelo subgrupo “assistência médica”, cujo acréscimo nos preços foi equivalente a 12,1%.

Em 2001, quase todos os grupos apresentaram reajustes superiores aos do ano anterior, o que resultou em um aumento do custo de vida da ordem de 9,4%. O grupo Saúde, seguindo a tendência dos anos anteriores, destacou-se dos demais, apresentando uma taxa excessivamente elevada: 17,5%.

No ano de 2002, observou-se um aumento acentuado dos preços no segundo semestre, o que elevou o índice anual a 12,9%. Entre os motivos que explicam este resultado, estão o aumento da taxa cambial e o receio de mudanças na política econômica que pudessem ser implantadas pelo novo governo. Foram observados reajustes de preços significativos nos grupos Alimentação -18,9%- e, mais uma vez, Saúde (17,8%). No caso da Alimentação, a pressão decorre da alta de preços dos produtos da indústria alimentícia (23,9%) e dos produtos *in natura* e semi-elaborados (18,9%). Já no caso da Saúde, deriva principalmente dos reajustes praticados no subgrupo “assistência médica”, equivalentes a 19,2%.

Em 2003, o índice anual foi inferior ao do ano anterior, correspondendo a 9,6%. As maiores taxas foram registradas nos grupos Saúde, que corrigiu seus preços em 15,2%, e Habitação, com 11,0%. Para o grupo Saúde, a alta deu-se em função tanto do subgrupo “assistência médica” (16,1%), quanto de “medicamentos e produtos farmacêuticos” (12,1%). No item Habitação, destacaram-se os subgrupos “operação do domicílio” (13,8%), por conta dos elevados aumentos nos serviços públicos (11,2%), e em “produtos de limpeza doméstica” (16,4%).

No ano de 2004, o ICV-DIEESE acumulou uma variação de 7,7%, sendo que as taxas relativas às variações anuais dos dez grupos apresentaram comportamentos bastante distintos. O maior aumento -16,4%- ocorreu nas despesas com Saúde. No entanto, três outros grupos apresentaram taxas elevadas: Transportes (9,9%), Educação e Leitura (9,8%) e Despesas Diversas (9,7%). Dos seis grupos restantes, três registraram pequena variação: Vestuário (0,4%), Alimentação (4,1%) e Recreação (4,8%), enquanto outros três situaram-se ligeiramente abaixo do índice geral: Habitação (6,9%), Despesas Pessoais (5,9%) e Equipamento Doméstico (5,6%).

Na Saúde, a alta de 16,4% derivou, mais uma vez, do aumento da “assistência médica” (19,1%), cujo reajuste foi cerca de três vezes superior ao dos “medicamentos e produtos farmacêuticos” (6,6%). Os grandes responsáveis pela alta taxa deste grupo foram os “seguros e convênios médicos”, com alta de preços equivalente a 22,5%.

Uma análise global do período revela que o Índice do Custo de Vida subiu, nestes oito anos, 82,6% e que esta variação foi fortemente influenciada pelo comportamento de quatro grupos: Saúde, Despesas Diversas, Transportes e Educação. Desses, a Saúde foi o que praticou os maiores reajustes nos preços, apresentando, no período, alta de 177,9%, seguido por Despesas Diversas -129,7%-, que pouco representa na composição do ICV-DIEESE, Transportes -107,9%- e Educação e Leitura -90,5%.

Alguns grupos, por sua vez, apresentaram variações de preços inferiores ao índice total, como ocorreu com Equipamento Doméstico (31,4%) e Recreação (39,6%). O grupo Vestuário foi o único que registrou deflação em seus preços neste período (-11,5%) e os demais apresentaram comportamento semelhante ao do índice geral.

Também é importante comentar que alguns produtos e serviços tiveram aumentos superiores a 170%, tais como: combustível (172,6%), eletricidade (178,9%), cimento (225,6%), planos de saúde (297,1%), tarifa telefônica (338,7%) e gás de botijão (349,5%).

No tópico a seguir, o comportamento dos preços do grupo Saúde, objeto deste estudo, será analisado com maior detalhamento.

5 – COMPORTAMENTO DOS PREÇOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS RELACIONADOS À SAÚDE NOS ANOS DE 1997 A 2004

5.1- Características do Grupo Saúde no ICV-DIEESE

No ICV-DIEESE, o grupo saúde é constituído por dois subgrupos: “assistência médica” e “medicamentos e produtos farmacêuticos”. Na Tabela 3, são discriminados os itens que compõem cada um desses subgrupos, bem como os produtos e serviços neles contidos.

Quadro I

Índice do Custo de Vida – DIEESE - Composição do grupo saúde

Grupo Saúde	
Subgrupo Assistência Médica	
Serviços	Produtos
Seguros e Convênios	Plano Empresa Plano Particular
Consultas Médicas	Dentistas, oculistas, endocrinologistas, pediatras, ginecologistas, dermatologistas, clínicos gerais, psicólogos e fonoaudiólogos
Exames laboratoriais	Exame de Sangue Exame de Urina Exame de Fezes Ultrassonografia
Internações Hospitalares	Diárias hospitalares
Subgrupo Medicamentos e Produtos Farmacêuticos	
Produtos	Produtos
Medicamentos	Analgésicos e Antigripais Antibiótico Antiinflamatório Antialérgico Anticoncepcional Cardiovasculares Diabete Sistema nervoso central Vias respiratórias Vitaminas Vias urinárias Anti-séptico Remédio Gástrico Ginecológico Dermatológico
Produtos Farmacêuticos	Curativos Algodão Soro fisiológico

Fonte: DIEESE

A variação dos preços do subgrupo “assistência à saúde” é captada através do levantamento mensal de preços de consultas médicas, de mensalidades de convênio de saúde, de exames laboratoriais e de serviços hospitalares.

Para a aferição dos preços de consultas médicas, a pesquisa é realizada junto a consultórios de 168 profissionais ligados à área, entre médicos – de especialidades como clínica geral, endocrinologia, ginecologia, pediatria e oftalmologia -, dentistas, psicólogos e fonoaudiólogos.

No caso dos convênios médicos, são contatadas 11 seguradoras e coletados os preços de mensalidades de planos particulares e planos empresa.

Quanto aos exames clínicos, são levantados, em vinte laboratórios, os preços de exames de sangue, urina e fezes, além dos referentes à ultrassonografia. Ainda são coletados preços de diárias hospitalares em dez hospitais.

No que se refere ao subgrupo “medicamentos e produtos farmacêuticos” são acompanhados 148 itens, cujos preços são levantados, semanalmente, na tabela oficial da Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (Abifarma). São também pesquisados, em 56 supermercados, os preços de sete produtos.

5.2 - O comportamento dos preços no grupo Saúde

A Tabela 3 e o Gráfico 1 apresentam o comportamento dos preços no grupo Saúde, no período compreendido entre 1997 e 2004.

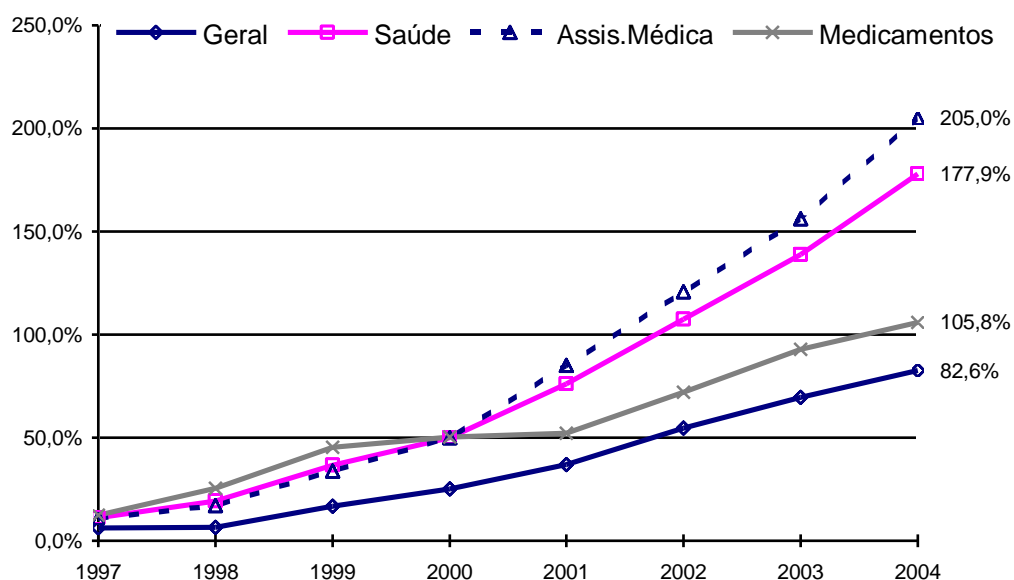
Tabela 3
Índice do Custo de Vida – DIEESE
Variação acumulada no ano: total e grupo saúde, por subgrupo, itens e sub-itens
Município de São Paulo

Grupo Saúde do ICV-DIEESE	(em %)								
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	acumulado 1997-2004
Total Geral	6,1	0,5	9,6	7,2	9,4	12,9	9,6	7,7	82,6
Saúde	11,3	7,0	14,7	9,7	17,5	17,8	15,2	16,4	177,9
<i>Assistência Médica</i>	11,0	5,5	14,4	12,1	23,3	19,2	16,1	19,1	205,0
Seguros e Convênios	12,8	6,6	21,6	15,4	29,7	24,2	19,2	22,5	297,1
Plano Empresa	14,7	3,4	34,2	15,3	16,0	11,9	15,6	5,7	190,9
Plano Particular	12,4	7,3	18,6	15,5	33,4	27,1	19,9	25,9	323,0
Consultas Médicas	7,9	4,1	1,3	4,9	8,3	4,3	5,1	5,8	50,0
Exames laboratoriais	9,5	-2,6	-6,5	0,6	2,6	6,1	3,7	4,8	18,5
Exame de Sangue	7,0	-1,7	-8,8	0,9	-0,7	3,3	6,5	7,2	13,4
Exame de Urina	14,2	-2,0	-8,1	0,1	3,1	6,1	4,0	6,1	24,3
Exame de Fezes	5,3	-2,3	-2,4	3,8	6,9	7,3	9,9	19,2	56,4
Ultrassonografia	2,5	-4,1	-2,7	1,2	2,6	6,9	1,9	0,4	8,5
Internações Hospitalares	2,5	0,8	5,8	2,1	1,6	11,2	15,6	4,5	52,4
Aparelhos e Próteses	2,0	0,2	3,2	5,5	6,8	-4,4	2,1	1,2	17,3
<i>Medicamentos e Produtos Farmacêuticos</i>	12,5	11,5	15,9	3,5	1,2	13,2	12,1	6,6	105,8
Medicamentos	12,8	11,7	16,2	3,3	1,2	13,3	12,1	6,7	107,8
Analgésicos e Antigripais	14,9	8,8	20,9	2,3	5,9	13,2	15,0	13,8	142,7
Antibiótico	12,5	13,3	15,1	0,7	-0,7	14,7	11,4	6,2	98,9
Antiinflamatório	11,5	11,1	12,5	7,3	-4,0	14,6	13,7	5,8	98,0
Antialérgico	14,3	10,8	10,8	-5,1	5,9	14,9	10,5	6,8	91,4
Anticoncepcional, hormonal	14,9	8,8	15,8	0,6	0,3	15,5	11,3	5,2	97,6
Diabete	26,1	9,2	24,8	1,0	-7,9	12,5	10,2	3,0	104,0
Cardiovasculares	10,5	15,0	21,3	2,6	-4,9	13,1	10,8	5,4	98,4
Sistema nervoso central	15,1	8,9	14,7	9,1	6,6	14,2	11,5	6,0	125,7
Vias respiratórias	11,6	18,7	14,0	1,4	2,8	11,4	15,4	3,3	109,1
Vitaminas	10,1	13,1	15,4	1,6	7,3	13,7	13,1	9,2	119,9
Vias urinárias	9,2	11,0	20,1	5,5	-7,2	7,1	8,5	6,0	75,4
Anti-séptico	8,9	4,1	-1,4	24,9	1,0	9,8	4,7	6,1	71,9
Remédio Gástrico	17,3	7,6	14,4	3,2	1,7	11,0	8,9	4,2	90,9
Ginecológico	8,3	5,0	12,7	2,0	1,5	12,5	12,0	4,6	74,9
Dermatológico	12,4	13,5	24,9	0,1	7,8	13,8	11,2	2,6	123,3
Produtos Farmacêuticos	1,0	1,6	0,8	8,8	1,3	7,4	11,1	1,4	38,1
Curativos	3,5	1,7	-8,4	-3,5	10,9	8,1	9,9	8,2	32,7
Algodão	0,5	10,0	15,5	11,0	2,4	-2,0	7,6	9,4	67,4
Soro fisiológico	-0,3	-3,4	-2,8	15,1	-4,9	14,8	14,1	-8,1	23,4

Fonte: DIEESE

Gráfico 1

Evolução das taxas anuais do Índice de Custo de Vida – DIEESE
Total geral, grupo saúde, subgrupos “Assistência Médica” e “Medicamentos e Produtos Farmacêuticos”.
Município de São Paulo
1997-2004



Fonte: DIEESE

Os dados revelam que os reajustes de preços do grupo saúde são, em todos os anos da série, bastante superiores aos apontados no índice geral. Conforme já foi dito anteriormente, no final do período, enquanto o Índice de Custo de Vida do DIEESE apresentou um aumento de 82,6%, os preços de serviços e produtos relativos à saúde registraram uma elevação de 177,9%. Isso significa que estes preços, em média, cresceram cerca de 52% a mais do que os outros.

O subgrupo “assistência médica” teve seus preços elevados em 205,0% entre 1997 e 2004 e, em todos os anos que compõem a série analisada, apresentou taxas de variação superiores às apuradas para o índice geral.

Neste subgrupo, evidencia-se a forte pressão exercida pelos aumentos ocorridos nos preços de “seguros e convênios médicos”, que corresponderam a 297,1%. A observação das taxas referentes aos demais itens do subgrupo revela variações bastante inferiores à do índice geral. Assim, os preços dos exames laboratoriais aumentaram 18,5%; os das consultas médicas, 50,0%; e os de internações hospitalares, 52,4%.

Considerando-se que os preços desses serviços constituem a base dos custos das empresas de convênios e seguros médicos, é injustificável o aumento de preços por estas praticados, mais de 3 vezes superior ao aplicado sobre exames laboratoriais e cerca de 2,5 vezes maior do que o relativo a consultas médicas e internações hospitalares.

Também no subgrupo “medicamentos e produtos farmacêuticos”, os preços foram ajustados acima do índice geral, totalizando um aumento de 105,8% no período analisado. Os medicamentos, que apresentaram alta de 107,8%, foram os grandes responsáveis pelo comportamento deste subgrupo, uma vez que os produtos farmacêuticos tiveram seus preços alterados em apenas 38,1%.

É interessante notar que, dentre os remédios, apenas três tipos tiveram seus preços elevados em um patamar próximo ao verificado na taxa total: anti-séptico - 71,9% -; vias urinárias - 75,4%-; e ginecológicos - 74,9%. Os demais medicamentos apresentaram taxas de aumento superiores a 80%, sendo que alguns superaram 100%, tais como analgésicos e antigripais, com alta de 142,7%; sistema nervoso central, de 125,7%; dermatológicos, de 123,3%; vitaminas, de 119,9% e vias respiratórias, de 109,1%.

5.3 - Alterações nas Despesas Familiares: resultado do aumento de preços

Para a análise da estrutura de gastos familiares, é importante lembrar a estreita associação entre renda e consumo de bens e serviços. Quanto mais elevada for a renda, tanto maior será o gasto das famílias -em termos absolutos- e a diversidade de produtos e serviços consumidos. Já as famílias com menor poder aquisitivo concentram a maior parte de suas despesas em bens e serviços de primeira necessidade.

Assim, uma família com maior poder aquisitivo gasta mais, em valor nominal, com a alimentação do que aquela com menor renda. No entanto, quando se relaciona o total dos gastos de cada uma das famílias verifica-se que, proporcionalmente, as de rendimentos mais baixos destinam parcela maior de seus ganhos para a alimentação e aquelas com rendimentos mais elevados despendem um percentual menor de seus gastos com a aquisição de produtos alimentícios, mesmo tendo um consumo mais sofisticado e diversificado. Ponderações elevadas para produtos voltados ao consumo básico e mais diretamente ligados à sobrevivência imediata são indicativas de menor inserção na sociedade de consumo e traduzem baixa capacidade de compra.

A Tabela 4 e o Gráfico 2 disponibilizam as ponderações dos gastos familiares no município de São Paulo para o estrato geral, que corresponde ao conjunto das famílias paulistanas, e para três estratos de renda. O estrato 1 corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias com menor rendimento, cuja média é de R\$ 377,49; o estrato 2 contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento, que equivale a uma média de R\$ 934,17 e o estrato 3 abrange as de maior poder aquisitivo, correspondendo a uma renda média de R\$ 2.792,90.

As informações referem-se ao mês de julho de 1996, quando se obteve os resultados da Pesquisa de Orçamento Familiar, de 1994/1995, e sua situação em dezembro de 2004, consequência da modificação nos preços relativos da economia.

As alterações dos pesos dos grupos no orçamento familiar em 2004 é resultado da fórmula de cálculo adotada pelo DIEESE (Laspeyres), que não admite substituição de bens e serviços. Assim, a variação nos preços de determinado grupo altera o peso do mesmo. Isso significa que, se um determinado item apresenta elevação superior à do índice geral, o seu peso aumenta, ocorrendo o inverso quando a taxa é menor.

Tabela 4
Pesquisa de Orçamento Familiar – DIEESE
Ponderação dos grupos de produtos no orçamento familiar por estrato de renda
Município de São Paulo
julho de 1996 e dezembro de 2004

Estratos	Geral		Estrato 1		Estrato 2		Estrato 3	
	Jul/1996	Dez/2004	Jul/1996	Dez/2004	Jul/1996	Dez/2004	Jul/1996	Dez/2004
Total Geral	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Alimentação	27,47	25,99	35,58	34,62	31,20	30,18	23,87	21,95
Habitação	23,53	23,74	25,46	26,97	23,73	24,45	22,97	22,74
Equipamento Doméstico	6,09	4,28	5,53	3,98	7,14	5,03	5,75	4,07
Transportes	13,70	15,75	8,19	10,17	12,50	14,55	15,54	17,53
Vestuário	7,60	3,59	8,38	3,85	8,05	3,96	7,22	3,28
Educação e Leitura	6,87	7,15	3,24	3,42	4,12	4,20	8,97	9,31
Saúde	8,57	14,11	6,91	10,86	7,08	12,09	9,64	15,96
Recreação	2,00	1,47	1,15	0,81	1,67	1,23	2,36	1,75
Despesas Pessoais	3,89	3,55	5,27	4,94	4,28	4,03	3,39	3,01
Despesas Diversas	0,28	0,37	0,30	0,37	0,23	0,29	0,30	0,39

Fonte: DIEESE

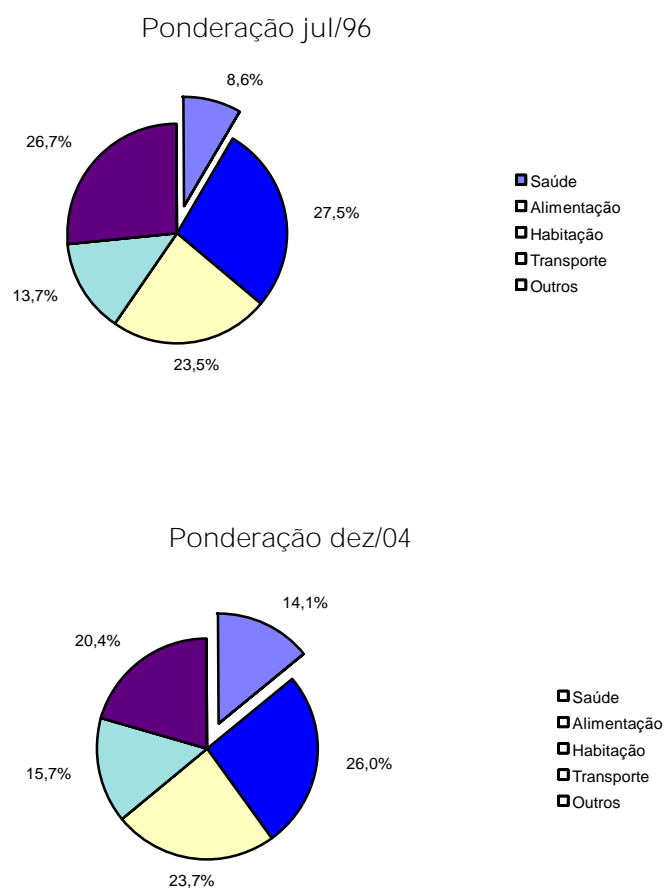
Conforme se pode observar, em julho de 1996, as famílias do estrato inferior destinavam 61% dos gastos à Alimentação e Habitação e as do estrato superior despendiam 47% de seu orçamento com

esses itens. A proporção dos gastos com Alimentação era muito superior nas famílias que compõem o estrato 1 frente às do estrato 3: 35,6% e 23,9%, respectivamente.

As despesas com Transportes representavam 8,19% do orçamento doméstico das famílias do estrato 1 e 15,5% para as do terceiro estrato. Com Educação e Leitura, as famílias do primeiro estrato comprometiam cerca de 3,2% do seu orçamento e as do estrato superior, aproximadamente 9,0%.

Gráfico 2

Ponderação dos grupos de produtos no orçamento familiar para o estrato geral
Município de São Paulo
julho de 1996 e dezembro de 2004



Fonte: DIEESE

Verifica-se que os pesos dos grupos de despesa foram alterados ao longo desse período, em resposta a variações diferenciadas dos preços de bens e serviços que compõem o ICV-DIEESE. Dois grupos aumentaram seus pesos significativamente: Saúde - de 8,6% para 14,1% - e Transportes -de 13,7% para 15,7%. O conjunto dos demais grupos que compõem a despesa familiar teve sua participação reduzida de 26,7% para 26,0%. Dentro deste conjunto, porém, encontram-se grupos cuja ponderação diminuiu de maneira significativa, como Vestuário, de 7,6% para 3,6% e Equipamento Doméstico (de 6,1% para 4,3%).

Os grupos Alimentação e Habitação apresentaram variações menos importantes. No caso da Alimentação, o peso reduziu-se no orçamento familiar, passando de 27,47% para 25,99%. Já a Habitação pouco alterou sua participação, que cresceu de 23,53% para 23,74%.

O aumento de preços da Saúde e do grupo Transportes, provavelmente, afetou as despesas com outros itens do consumo, tais como: Vestuário, Equipamento Doméstico e Recreação, que são bens cuja compra pode ser postergada ou reduzida; ou seja, as famílias podem adiar ou mesmo diminuir os gastos com a aquisição roupas, equipamentos domésticos e lazer, para fazer frente ao aumento das despesas com outros itens fundamentais.

Para melhor analisar o desempenho das despesas com Saúde, a Tabela 5 apresenta as ponderações desagregadas em subgrupos e itens para o período inicial -julho de 1996- e final -dezembro de 2004-, tanto para o índice geral, quanto por estratos de renda.

Tabela 5

Pesquisa de Orçamento Familiar – DIEESE
 Ponderação do grupo saúde e subgrupos no orçamento familiar por estrato de renda
 Município de São Paulo
 julho de 1996 e dezembro de 2004

(em %)

Estratos Grupos e subgrupos	Geral		Estrato 1		Estrato 2		Estrato 3	
	jul/1996	dez/2004	jul/1996	dez/2004	jul/1996	dez/2004	jul/1996	dez/2004
Saúde	8,57	14,11	6,91	10,86	7,08	12,09	9,64	15,96
<i>Assistência Médica</i>	6,20	11,32	3,65	7,04	4,26	8,87	7,67	13,66
Seguros e Convênios	3,77	9,25	2,48	6,13	3,19	7,96	4,33	10,81
Consultas Médicas	2,25	1,93	1,12	0,87	1,04	0,89	3,05	2,63
Exames laboratoriais	0,11	0,08	0,05	0,03	0,03	0,02	0,16	0,11
Internações Hospitalares	0,08	0,06	0,01	0,01	0,00	0,06	0,12	0,11
Aparelhos e Próteses	0,07	0,04	0,00	0,00	0,08	0,00	0,07	0,05
<i>Medicamentos e Produtos Farmacêuticos</i>	2,31	2,75	3,26	3,83	2,74	3,17	1,89	2,25
Medicamentos	2,24	2,69	3,15	3,74	2,66	3,11	1,84	2,21
Produtos Farmacêuticos	0,07	0,06	0,11	0,09	0,08	0,06	0,06	0,04

Fonte: DIEESE

Obs: Eventuais diferenças nos percentuais devem-se a arredondamento

Segundo revelam os dados, em julho de 1996, o peso da Saúde no orçamento doméstico era de 8,57%, sendo 6,20%, destinados à “assistência médica” e 2,31%¹ a “medicamentos e produtos farmacêuticos”. A maior parte dos gastos com “assistência médica” eram empregados em seguros e convênios (3,77%) e o restante era destinado a consultas médicas, exames de laboratório, internações hospitalares e aparelhos e próteses.

A comparação entre os três estratos de renda permite observar as grandes diferenciações existentes. Para as famílias do estrato 1, observava-se, então, bastante equilíbrio na distribuição dos gastos com saúde, representado pela semelhança na ponderação dos dois subgrupos: 3,65% destinados a gastos com “assistência médica” e 3,26% a despesas com “medicamentos e produtos farmacêuticos”.

Na medida em que a renda familiar aumenta, esta relação se altera, com maior peso para a “assistência médica” e menor proporção para os “medicamentos e produtos farmacêuticos”.

O estrato 3 confirma essa tendência, uma vez que praticamente 80% dos gastos com Saúde eram, então, destinados ao subgrupo “assistência médica”, que somava 7,67% das despesas familiares, enquanto “medicamentos e produtos farmacêuticos” ficavam com 1,89%.

¹ Eventuais diferenças nos percentuais devem-se a arredondamento

A diferença das ponderações para os três estratos de renda sugere que as famílias com menor poder aquisitivo gastam proporcionalmente mais com medicamentos e produtos farmacêuticos do que as situadas nos estratos superiores.

Os gastos com planos de saúde e consultas médicas têm importância maior para as famílias incluídas no estrato 3, correspondendo a 7,38% do total das despesas. As famílias do estrato 1 despendiam, em 1996, 3,60% nestes itens.

Ao longo destes oito anos, dado o aumento acentuado do preço dos seguros e convênios médicos, de cerca de 297%, a ponderação deste item passou de 3,77% para 9,25% dos gastos familiares, o que se reflete no subgrupo assistência médica, cujo peso se altera de 6,20% para 11,32%. Já os medicamentos e produtos farmacêuticos não tiveram sua ponderação substancialmente modificada, que passa de 2,31%, em julho de 1996, para 2,75%, em dezembro de 2004.

Esse comportamento foi observado em todos os estratos de renda. No estrato 1, em julho de 1996, o item “assistência médica” correspondia a 3,65% dos gastos das famílias, passando a 7,04%, em dezembro de 2004. No estrato 2, o aumento foi de 4,26% para 8,87%. Para as famílias de maior poder aquisitivo, que compõem o estrato 3, a ponderação altera-se de 7,67% para 13,66% neste subgrupo.

Os grandes responsáveis pelo aumento do peso do subgrupo “assistência médica” no orçamento familiar foram os “seguros e convênios”, cuja participação cresceu nos três estratos em mais de 100%. No estrato 1, o peso deste item, que era de 2,48% em 1996, passa a 6,13%, em dezembro de 2004. Para o estrato 2, a alteração foi de 3,19% para 7,96% e para o estrato 3, este o peso aumenta de 4,33% para 10,81% no período.

Medidas como a implantação de medicamentos genéricos, introduzidos no país em 1999, através da lei 9.787/99, mostraram eficácia no controle de preços, conforme revela a Tabela 3. Entre 1997 e 1999, período anterior ao dos genéricos, os medicamentos tiveram alta bastante superior a do índice do custo de vida registrado no mesmo período.

Nota-se que em 1997 a taxa de aumento dos remédios (12,5%), foi pouco mais que o dobro da variação do ICV-DIEESE (6,1%). No ano seguinte, a diferença entre ambos foi marcante: enquanto o ICV-DIEESE variou 0,5%, os medicamentos subiram 11,5%. Em 1999, a taxa de inflação foi de 9,6% enquanto a alta dos preços de medicamentos alcançou 15,9%.

A partir de 2000 e 2001 nota-se uma inversão deste comportamento. Nestes anos, a inflação foi superior ao aumento apurado nos medicamentos. Nos anos seguintes, 2002, 2003 e 2004, as taxas

de variação dos preços dos remédios apresentaram correções relativamente semelhantes às do índice geral.

6- CONCLUSÕES

As informações contidas neste estudo fornecem importantes subsídios ao Ministério da Saúde para a análise do comportamento dos custos referentes ao grupo da Saúde para a população em geral.

Serão especialmente beneficiadas a Agência Nacional de Vigilância Sanitária que, entre outras atividades, assumiu a responsabilidade de monitoramento dos preços de medicamentos, e a Agência Nacional de Saúde Suplementar, cuja finalidade é regulamentar os planos de saúde.

A análise do Índice do Custo de Vida do DIEESE aqui apresentada permite afirmar que o comportamento dos preços do grupo Saúde, no período 1997 a 2004, é totalmente distinto dos demais componentes do orçamento familiar.

Em todos os anos da série analisada, o grupo Saúde esteve entre os que apresentaram as maiores elevações de preços, tendo alcançado taxas anuais superiores às apuradas pelo ICV-DIEESE geral.

Ao final do período, verifica-se um aumento acumulado dos preços de Saúde de 177,9%, patamar bastante superior ao de Despesas Diversas (129,7%); Transportes (107,9%); Educação e Leitura (90,5%); Habitação (80,8%) e Alimentação (77,6%). No mesmo período, o ICV-DIEESE cresceu 82,6%.

Este comportamento deve-se, em especial, à pressão do subgrupo “assistência médica” (205,0%), mais especificamente, dos “seguros e convênios” (297,1%), que foram ajustados superaram o ICV-DIEESE em 117%. No caso de planos empresariais, a alta foi equivalente a 190,9% e nos planos particulares a taxa atingiu 323,0%.

É interessante observar que nenhum dos serviços mais comuns cobertos pelos planos de saúde – consultas médicas, exames laboratoriais, internações hospitalares – teve, no período, aumento superior a 60%. As variações desses preços oscilaram de 18,5%, relativos aos exames laboratoriais até 52,4%, para as internações hospitalares.

Por mais que outros tipos de serviços tenham sido incorporados aos já prestados pelos planos de saúde, é difícil justificar um distanciamento tão grande entre o reajuste do custo dos serviços e a correção dos preços dos convênios. A explicação que parece mais adequada é – apesar de reunir cerca de 2.000 empresas operadoras em todo o país – o setor ter o poder de oligopólio, uma vez que alguns grupos de empresas controlam a maior parte do mercado.

Com relação ao subgrupo “medicamentos e produtos farmacêuticos”, verifica-se um reajuste de preços de 105,8%, que, embora bem menos intenso do que o verificado em “assistência médica”.

superou o ICV-DIEESE. Neste caso, convém observar que, muito provavelmente, a elevação não foi mais acentuada em decorrência da implantação dos medicamentos genéricos em 1999.

Os resultados deste levantamento ressaltam algumas questões que devem ser priorizadas no que se refere a políticas de saúde.

Em primeiro lugar, revela-se a necessidade de controle legal sobre os critérios para formação e correção dos preços de seguros e convênios de saúde praticados pelas empresas do segmento.

Também se impõe a necessidade de determinações legais que regulamentem o funcionamento do setor, como as que estipularam a obrigatoriedade de expansão da cobertura dos planos de saúde, com proibição de recusa a atendimento de determinadas enfermidades e de tratamentos onerosos. Medidas deste tipo, em especial se associadas a políticas governamentais voltadas para o atendimento público em saúde, contribuirão, em muito, para a melhoria dos serviços prestados.